

CRISE NO CONGRESSO

Oposição deixa pedido de CPI para quarta-feira

Líderes decidem esperar para apresentar requerimento em dia de manifestação

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA - Os partidos de oposição formalizam na próxima quarta-feira, junto à Mesa Diretora do Congresso, o pedido de abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) ampla para apurar corrupção no País. Reunidos ontem à tarde, os líderes de oposição na Câmara e no Senado decidiram aproveitar a manifestação pública pró-CPI, que mobilizará várias entidades da sociedade civil no dia 9.

A ideia é dar "um reforço popular" à iniciativa dos políticos, que hoje conta com o apoio de 27 senadores e 192 deputados - 21 a mais que o mínimo exigido pelas normas regimentais. "Queremos mostrar que qualquer ação do governo, no sentido de usar questões regimentais para barrar a CPI vai esbarrar na vontade da maioria", diz o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA). "Sabemos que o governo reagirá e já estamos nos preparando para a batalha jurídica e regimental que vem aí", completa o líder petista no Senado, José Eduardo Dutra (SE).

Momento certo - O adiamento da apresentação do pedido de investigação por mais uma semana tem uma serventia a mais: a de pôr fim ao racha das esquerdas quanto ao momento certo para a instalação do inquérito. Nos debates de bastidor, a oposição estava dividida entre os que queriam tocar, ao mesmo tempo, a CPI da Corrupção, que pode implicar o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e o processo contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no Conselho de Ética, e aqueles que julgavam a simultaneidade inconveniente. A inconveniência neste último caso era a de favorecer um "acordão" entre os dois cardeais da base aliada.

"Concluímos que não dá mais para esperar, ainda que misturar as duas coisas possa até não ser bom", descontraíta Dutra. Mas o líder do PPS no Senado, Paulo Hartung (ES),



Rubens Chiri/Perspectiva

Vestindo a camisa

Jogadores do Vitória, time do qual ACM é conselheiro, exibem faixa de apoio ao senador, antes do jogo no qual foram derrotados por 3 a 0 pelo São Paulo.

advertiu alguns colegas de que já há um distanciamento seguro entre o trabalho do Conselho de Ética e o cronograma da CPI, cuja instalação ainda vai demorar muito, em função das batalhas jurídicas e regimentais que o governo promoverá na tentativa de evitá-la.

"As duas investigações são importantes, mas é bom que não ocorram simultaneamente porque o trabalho no Conselho de Ética precisa andar um pouco mais", argumenta Hartung.

A quem critica a CPI, pela amplitude das investigações ali propostas, os líderes de esquerda argumentam que ela tem o quorum legal, o prazo certo e o fato determinado, que é a investigação de corrupção no Executivo. "A CPI do Judiciário tinha 11 itens, envolvendo investigações em vários Estados, e não foi contestada", salienta o deputado José Roberto Batochio (PDT-SP).

O ato público da semana que vem ainda está sendo organizado, mas os parlamentares contam desde já com a participação da Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de igrejas evangélicas e de entidades sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O líderes de oposição já consideram que as duas dezenas de assinaturas a mais na Câmara representam uma boa margem de segurança para neutralizar a investida do Palácio do Planalto, que tenta a retirada de assinaturas. Ainda assim, os partidos de esquerda querem melhorar a contabilidade, especialmente no Senado, onde o apoio está no limite regimental.

"Se o ACM for cassado, nós perdemos o mínimo necessário para abrir a CPI no Senado", destaca o líder José Eduardo Dutra que, até a próxima semana, espera concretizar mais duas promessas de assinaturas de senadores. Na Câmara, Walter Pinheiro espera atingir a marca das 200 assinaturas, o que, segundo atesta, dará tranquilidade às oposições.

IDEIA É
DAR FIM AO
RACHA NA
ESQUERDA